

DECLARAÇÃO POLITICA

1 - Vem sendo apresentado à opinião pública de forma menos objectiva e com laivos de demagogia, insinuações e má fé , o facto político corrente em qualquer sistema de matriz como o nosso de o Primeiro Ministro, pertencente a um Partido que perdeu as eleições, apresentar o seu pedido de demissão e, consequentemente da equipa governamental .

2 - Na apresentação e valoração do facto, pessoas de quem se poderia esperar um outro comportamento esquecem ou fazem por esquecer antecedentes e condicionalismos políticos , factores morais e bens jurídicos que estiveram na origem ou justificam a postura do governo.

3 - Esquece-se ou, pretendendo confundir a opinião pública, não se tem em devida conta que o governo que eu dirijo existia à sombra de um parlamento que, com a proclamação dos resultados eleitorais, terminou o seu mandato , expirando assim a confiança de que o governo gozava , como de resto se pode colher das disposições constitucionais pertinentes (artº 49 da Constituição e artº 18 da lei nº 2/III/90 de 29 de Setembro) .

4 - Esquece-se ou contorna-se deliberadamente o facto de se iniciar uma nova legislatura com a proclamação dos resultados dos eleitorais e oculta-se que o início de uma nova legislatura é, em regimes como o nosso, causa de demissão, por força de um princípio geral, ou de disposição expressa da constituição.

Foi pois coerentemente, e com base constitucional, que se apresentou o pedido de demissão que alguns pretendem pôr em causa exibindo uma disposição constitucional que caducou há dez anos (o artº 95º da Constituição)

5 - Pretende-se ainda, de má fé, fazer crer ao cidadão comum que o governo teve a intenção de abandonar o lugar, quando ele apenas apresentou o seu pedido de demissão que foi aceite pelo Presidente da República. O governo então não foi exonerado, isto é, as funções não foram dadas por findas, o que quer dizer que, não obstante estar demissionário, continuaria em funções até à exoneração do PM e da sua equipa e a nomeação de um novo Primeiro-Ministro e respectiva equipa.

O que se fez, entretanto, ao apresentar o pedido de demissão, foi chamar a atenção para a necessidade de se extrair as consequências políticas do facto de o governo ter perdido claramente a legitimidade na sequência das eleições, o que criava dificuldades suplementares, mesmo para um governo que fosse meramente de gestão. Tudo aconselhava que a força política vencedora assumisse de imediato as responsabilidades de um governo intercalar até a formação do próximo governo, na sequência das eleições presidenciais de Fevereiro.

Em nenhum momento houve tentativa de abandono de lugar ou de deserção governativa, como, de má fé, se pretendeu fazer crer.

6 - A essas razões de natureza jurídico-política acresce a circunstância de o país ter vivido uma campanha eleitoral de grande intensidade e longa duração, em que o partido vencedor das eleições não só foi pródigo em avançar com promessas de solução imediata de diversos problemas estruturais; como também proferiu e alimentou ataques os mais diversos e os mais rasteiros ao governo do PAICV e às instituições encarregadas de garantir a paz e a tranquilidade públicas.

Todos estarão certamente lembrados de onde provieram os epítetos de incompetentes, corruptos, mamadores, ladrões, assassinos e quejandos dirigidos ao governo do PAICV .

Todos se lembrarão também de quem durante a campanha terá feito circular entre a população uma lista de depósitos bancários falsos em que se atribuía aos dirigentes do PAICV a posse de uma soma que ultrapassa um milhão de contos.

Todos se lembrarão igualmente que no dia 14 de Janeiro, após o conhecimento dos resultados eleitorais, não faltaram em várias Ilhas insinuações orquestradas de enterro de Pedro Pires, chefe do governo e líder de um dos partidos concorrentes às eleições.

Todos sabem que, no mesmo dia, os apoiantes do MpD manifestaram-se ruidosamente na Praia com a palavra de ordem "fora Pedro Pires".

Durante a campanha eleitoral os apoiantes do MpD perturbaram sistematicamente as manifestações políticas do PAICV, violando a lei e pondo em causa a ordem pública.

Esse partido atacou sistematicamente a polícia, provocando e estimulando a desordem.

Ora ,tais factos não podem ser ignorados nem minimizados .

Na sequência deles gerou-se no país um clima de desconfiança em relação ao governo e especialmente em relação ao Primeiro-Ministro.

7 - Nesta base, com os antecedentes descritos, o governo sem um manto de legitimidade e face ao clima de desconfiança e à iminente crise da ordem e tranquilidade pública , reconheceu que não havia condições nem políticas nem morais para actuar como governo de gestão .

Daí a decisão de solicitar a sua demissão e de não se auto-demitir, como insinuam alguns. De pedir a sua demissão para que o PR providenciasse no sentido de se encontrar uma solução mais conforme aos resultados eleitorais e ao novo clima político e social vigente, tanto mais que o líder do MpD antes das eleições já proclamara que tinha um governo formado, que se encontrava em condições de assumir a governação do país e que o pretendia fazer de imediato.

8- Como facilmente se pode intuir, face ao clima de desconfiança, agressão psicológica dos membros do governo e perturbação da paz pública, e face ao dado de fundo que foi a perda de legitimidade, com o expressivo resultado eleitoral, um

governo de gestão do PAICV não poderia ser útil ao país nesta fase.

9- Pelo contrário, um governo da força política que venceu as eleições já teria vantagens, pois gozaria de confiança intocada, e contaria com uma forte legitimidade obtida das urnas, o que, mesmo para um governo de gestão, que por definição tem poderes diminuídos, seria importante, como factor estimulante para a normal condução dos assuntos do Estado.

A isso acresce que, enquanto um governo do PAICV seria um governo de gestão no ciclo final da governação, isto é, sem perspectiva de continuidade, o governo do MpD seria um governo intercalar e de gestão com perspectiva de continuidade assegurada.

o país ganhou

10- Por todas estas razões, e movido pelo sentimento de querer ajudar a encontrar a melhor solução para a colectividade e o bem comum, o meu governo agiu no sentido que é do vosso conhecimento, com responsabilidade e, cremos, com sentido de Estado.